

**ANAIS DO II COLÓQUIO DO LAHES:
MICRO HISTÓRIA E OS CAMINHOS DA
HISTÓRIA SOCIAL**

Comissão Organizadora:

Prof^a Dr^a Carla Maria Carvalho de Almeida (UFJF)

Prof^o Dr Cássio Fernandes (UFJF)

Prof^a Dr^a Mônica Ribeiro de Oliveira (UFJF)

Prof^a Dr^a Sônia Maria de Souza (UFJF)

Promoção:

Laboratório de História Econômica e Social

Programa de Pós-graduação em História da UFJF

Apoio:

Pró-Reitoria de Pesquisa

Instituto de Ciências Humanas

FAPEMIG

CAPES

Editoração:

Bianca Portes de Castro

Ficha Catalográfica:

II Colóquio do Laboratório de História Econômica e Social (2008: Juiz de Fora, MG). Micro História e os caminhos da História Social: Anais / II Colóquio do LAHES; Carla Maria Carvalho de Almeida, Mônica Ribeiro de Oliveira, Sônia Maria de Souza, Cássio Fernandes, organizadores. Juiz de Fora: Clio Edições, 2008, <http://www.lahes.ufjf.br>.

ISBN: 978-85-88532-29-8

1. História 2. História Econômica e Social. I. Carla Maria Carvalho de Almeida. II. Mônica Ribeiro de Oliveira. III. Sônia Maria de Souza. IV. Cássio Fernandes.

PARENTELA E POLÍTICA NO NORTE DE MINAS GERAIS: FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DA FAMÍLIA CHAVES, PRATES E SÁ (1830-1940)

Vítor Fonseca Figueiredo*

Atualmente muito se tem debatido acerca da moralização na política brasileira. Sucessivos escândalos de corrupção envolvendo políticos dos mais diversos escalões de governo têm provocado desconfiâncias por parte da população com relação à atuação e o caráter dos políticos brasileiros. O anseio por posturas políticas mais idôneas tem levado à sociedade a reivindicar, por exemplo, o fim da prática do nepotismo, ou seja, o emprego de parentes de políticos em cargos públicos.

Apesar de hoje em dia o nepotismo ser amplamente condenado, essa é uma prática que vigora a muito tempo no cenário político do Brasil. Pode-se mesmo argumentar que o nepotismo foi, especialmente durante o Império e a Primeira República, “a ponta do *iceberg*”, já que análises mais aprofundadas nos revelam que a projeção e atuação de vários políticos se pautaram na importância de seu grupo familiar.

Alguns estudos, hoje clássicos, apontam para a forte presença da família no seio da política nacional. Em o “*Mandonismo Local na Vida Política Brasileira*”, Maria Isaura Pereira de Queiroz ressalta que interesses particulares e ligações de amizade e de sangue eram fatores preponderantes para que grandes proprietários do interior se inserissem na política. Segundo Queiroz, dessas relações de amizade e parentesco surgia (...) uma espécie de solidariedade tribal que ligava entre si largas cópias de grupinhos pelo interior brasileiro”¹. Ou seja, Queiroz já começa a apontar para o surgimento de grupos de parentela, por ela definidos como:

*(...) um grupo de parentesco de sangue formado por várias famílias nucleares e algumas famílias grandes (isto é, que ultrapassam o grupo pai-mãe-filhos), vivendo cada qual em sua moradia, regra geral economicamente independentes; as famílias podem se encontrar dispersas a grandes distâncias umas das outras; o afastamento geográfico não quebra a vitalidade dos laços, ou das obrigações recíprocas.*²

* Mestrando do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF. E-mail: ffvitor@ibest.com.br

¹ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. *O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976, p.19

² Idem, p.165

Não obstante a importância das ligações consangüíneas, outros tipos de relações eram igualmente estimadas como os laços espirituais (compadrio) e também, os laços de amizade. Todas essas ligações resultaram na constituição de grupos de parentela por todo o país. Esses grupos se fizeram amplamente presentes e atuantes na política nacional, em especial, nas regiões mais “subdesenvolvidas”.

Outro importante e bem elaborado estudo acerca da atuação de parentelas na política é apresentado pela norte-americana Linda Lewin em seu livro: *“Parentela e Política na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar”*³. Amparada em ampla documentação histórica, a antropóloga busca reconstruir as relações e estratégias que possibilitaram a organização de uma ampla e poderosa oligarquia capaz de deter o controle de um estado da federação por mais de uma década e ainda, de eleger o seu chefe, Epitácio Pessoa, à presidência da República.

Para o nosso estudo, importante contribuição advém principalmente, do trabalho de Cid Rebelo Horta, intitulado: *“Famílias Governamentais de Minas Gerais”*⁴. Produzido na década de 1950, o estudo de Horta, hoje clássico, trouxe à tona uma questão conhecida, mas geralmente ignorada, ou seja, a organização por todo o Estado de Minas Gerais de grupos familiares que se revezaram desde o período colonial até a República nos cargos políticos. Segundo Horta:

*A História política de Minas é, pois, num largo sentido, a história de suas grandes famílias que fazem o jogo da cena política desde a Colônia. Vimos como se formaram, em torno das “datas” e, depois, das grandes propriedades rurais. Constituídas do entrelaçamento de três e mais “famílias nucleares”, as “famílias extensas” mineiras formavam como que círculos endogâmicos. Cada círculo era uma área social de uma vasta parentela contígua num largo domínio de terra. Num círculo, por mais fechado que fosse, sempre apareceria um membro mais ousado que ia ligar-se, por laços de casamento, com outro círculo socialmente vizinho.*⁵

Pela citação, pode-se notar que a política mineira era amplamente influenciada pelas mais importantes e tradicionais famílias do Estado. É interessante até mesmo o fato de Horta identificar a história política de Minas Gerais como parte da história das grandes famílias mineiras. Outro aspecto levantado pelo autor e que merece atenção, se deve à consideração de que essas famílias estavam amparadas por fatores econômicos. Portanto, as famílias que compunham a elite política estadual se apoiavam em alguma das principais atividades

³ LEWIN, Linda. *Parentela e Política na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar*. Rio de Janeiro: Record, 1993.

⁴ Horta, Cid Rebelo. *Famílias Governamentais de Minas Gerais*. In: *Seminário de Estudos Mineiros*, 2, Belo Horizonte: UFMG, 1956.

⁵ Idem, p.123.

econômicas do estado, a mineração ou a agropecuária. Nesse caso, essas famílias tendiam a figurar também nos quadros da elite econômica.

Outro aspecto assinalado por Horta e que merece considerações, se deve ao padrão de organização das famílias mineiras. A associação de uma quantidade limitada de núcleos familiares possibilitava uma maior coesão de interesses no interior do grupo, além é claro de maior controle por parte de seus líderes. Outra vantagem se refere à possibilidade de se evitar fragmentações do patrimônio material. Divisões patrimoniais mal-calculadas ocasionadas por herança poderiam acarretar conseqüências trágicas como, por exemplo, o abalo das estruturas econômicas que sustentam e integram todo o conjunto familiar. A prática da endogamia possuía, assim, grande importância não apenas com relação a questões patrimoniais, mas também como meio de reforçar laços entre as várias ramificações existentes no interior do grupo. Esse aspecto é corroborado por Linda Lewin ao afirmar que “Os casamentos de elite entre primos e até mesmo parentes colaterais mais próximos ilustra como a força do parentesco consolidava e mantinha redes de poder econômico e político, bem como a coesão social do grupo familiar.”⁶

Por outro lado, práticas matrimoniais exogâmicas, desde que limitadas e bem articuladas, também desempenhavam função salutar, pois, ao ligar círculos familiares diferentes possibilitava-se a consolidação e ampliação da rede regional de base familiar, ou ainda, a sua extensão para outras áreas. Ainda segundo as análises de Horta, “Formou-se, dessa forma, no tempo, uma verdadeira cadeia de círculos familiares, ou parentelas, cujos membros ora se sucedem nas tarefas da chefia política local e regional, ora se alternam. É a constelação governamental de Minas Gerais.”⁷

Diante de todos os aspectos levantados acerca da existência das relações de família no seio da política mineira, cabe-nos agora, analisar a formação e atuação de uma dessas importantes parentelas de Minas, a parentela Chaves, Prates e Sá.

A origem da parentela Chaves, Prates e Sá nós remonta à primeira metade do século XIX quando dois irmãos, Antônio Gonçalves Chaves e Maria Amélia Chaves fixaram residência no arraial de Formigas, hoje cidade de Montes Claros/MG. Maria Amélia após contrair matrimônio com Hermenegildo Rodrigues Prates se mudou para Formigas. Em 1834, após se ordenar padre, o irmão Antônio foi morar com a irmã e com o cunhado. Tão logo, Antônio se tornou vigário da freguesia de Nossa Senhora da Conceição e São José de

⁶ LEWIN, Op. Cit. p.131

⁷ HORTA, Op. Cit. p.123

Formigas e rapidamente se inseriu nos quadros da política local, pois em 1832, o arraial foi elevado à categoria de Vila de Montes Claros das Formigas. Em 1836, Antônio foi eleito para o primeiro mandato de vereador pelo Partido Liberal. Entre os anos de 1840 a 1853 exerceu o cargo de presidente da Câmara Municipal de Montes Claros e ainda o de Deputado Provincial da 4ª legislatura (1842-1843), da 6ª legislatura (1846-1847) e da 7ª legislatura (1848-1850).

A importância política que Antônio Gonçalves Chaves veio rapidamente a acumular, contribuiu para que outros membros de sua família pudessem posteriormente alçar altos postos políticos. Um dos principais a herdar o capital político do padre Chaves foi seu filho, Antônio Gonçalves Chaves Júnior. Gonçalves Chaves Júnior bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo, foi Deputado Provincial pela 16ª legislatura (1866-1867) e 17ª legislatura (1868-1869), foi presidente das províncias de Santa Catarina (1883) e de Minas Gerais (1885), Deputado Federal Constituinte (1890) e Senador Federal (1894-1903).

Além do padre Antônio Gonçalves Chaves e de seu filho poderíamos listar vários outros nomes da parentela que se destacaram politicamente. No entanto, optamos por referenciar apenas os mais denotados. Portanto, podemos listar ainda mais dois nomes, Camillo Philinto Prates e Francisco Sá.

Camillo Philinto Prates nasceu em 1859 em Grão-Mogol, próximo a Montes Claros. Filho de Hermenegildo Rodrigues Prates Júnior e de Francisca Sá, portanto, neto de Maria Amélia Chaves, irmã do padre Chaves. Camillo Prates casou com Amélia Gonçalves Chaves, irmã de Antônio Gonçalves Chaves Júnior. Após fazer o curso de Humanidades em Ouro Preto, Camillo Prates se fixou em Montes Claros como professor, logo se tornou Deputado Provincial da 24ª a 27ª legislaturas (1882-1889). Com a proclamação da República e graças à influência de seu cunhado Gonçalves Chaves Júnior, foi nomeado presidente da Intendência do município de Montes Claros. Na composição da intendência pode-se notar a forte presença da parentela, pois dos seus seis membros, quatro eram pessoas que estavam diretamente ligadas à família. Camillo Prates consegue ocupar ainda outros cargos, Deputado Estadual Constituinte (1891-1895), Deputado Estadual (1895-1899), Senador Estadual (1889-1907) e Deputado Federal (1903-1905/1909-1934).

O último nome a ser listado é o de Francisco Sá, filho de Francisco José de Sá Filho e de Agostinha Josefina Vieira Machado dos Santos. Irmão de Francisca Sá, portanto tio de Camillo Prates. Francisco Sá nasceu em Grão-Mogol em 1862, se formou em Engenharia pela Escola de Minas de Ouro Preto. Ao contrário dos outros nomes citados, Francisco Sá fez boa parte de sua carreira política em outro estado, no Ceará. A atuação política de Francisco Sá

pelo Ceará se deve ao seu casamento com um membro da oligarquia dos Acioli, Olga Acioli, filha de Antônio Pinto Nogueira Acioli. Contudo, Francisco Sá iniciou sua trajetória política em Minas como Deputado Provincial pela 27ª legislatura (1888-1889), foi também Secretário da Agricultura, Comércio e Obras Públicas no Governo de Crispim Jacques Bias Fortes, além de exercer outros cargos técnicos. Mas foi pelo Ceará que fez grande carreira como Deputado Geral em 1889, Deputado Estadual (1897-1906) e Senador por quatro mandatos (entre 1906 e 1932). Francisco Sá foi ainda Ministro da Viação dos governos de Nilo Peçanha (1909-1910) e de Artur Bernardes (1922-1926).

Pela relação dos quatro nomes: Antônio Gonçalves Chaves, Antônio Gonçalves Chaves Júnior, Camillo Philinto Prates e Francisco Sá pode-se notar que esse grupo familiar foi capaz de se projetar para altos cargos. Muito dessa projeção se deve a alguns fatores muito conhecidos na política brasileira como o coronelismo. Contudo, outros fatores se mostraram preponderantes para o sucesso da parentela, dentre esses fatores deve-se citar as relações estabelecidas desses homens com lideranças políticas de outras regiões, a exemplo de Cesário Alvim e Crispim Jacques Bias Fortes.

Por fim, muito há ainda que se pesquisar acerca das imbricadas relações da rede política da qual a parentela dos Chaves, Prates e Sá se encontrava atrelada. Apenas por meio de análises mais detalhadas acerca dessas vinculações políticas e familiares nos será possível estabelecer com clareza a força dessa parentela norte-mineira no conjunto da elite política do Estado de Minas Gerais.

Bibliografia

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. *O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976,

LEWIN, Linda. *Parentela e Política na Paraíba*: um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993.

Horta, Cid Rebelo. Famílias Governamentais de Minas Gerais. In: *Seminário de Estudos Mineiros*, 2, Belo Horizonte: UFMG, 1956.